Direito ao Desenvolvimento e Acesso à Saúde: Desafios para Populações Vulneráveis

Derecho al Desarrollo y Acceso a la Salud: Desafíos para las Poblaciones Vulnerables

Right to Development and Access to Health: Challenges for Vulnerable Populations.

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: Este informe reúne a análise do relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre lacunas de proteção no acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde para grupos em situação de vulnerabilidade e de destaques do Segmento de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas em comemoração aos 40 anos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Tanto o relatório quanto a reunião de alto nível evidenciaram que conflitos armados, restrições fiscais, endividamento, barreiras comerciais, desigualdades tecnológicas, mudanças climáticas, discriminação e fragilidades da cooperação internacional continuam limitando o acesso equitativo à saúde e ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Direito ao desenvolvimento; Direito à saúde; Cooperação internacional; Grupos vulneráveis.

Resumen: *Este informe recoge el análisis del informe de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos sobre las brechas en la protección del acceso a medicamentos, vacunas y otros productos de salud para grupos en situación de vulnerabilidad, así como los puntos destacados del Segmento de Alto Nivel de la Asamblea General de las Naciones Unidas en conmemoración de los 40 años de la Declaración sobre el Derecho al Desarrollo. Tanto el informe como la reunión de alto nivel pusieron de manifiesto que los conflictos armados, las restricciones fiscales, el endeudamiento, las barreras comerciales, las desigualdades tecnológicas, el cambio climático, la discriminación y las debilidades de la cooperación internacional siguen limitando el acceso equitativo a la salud y al desarrollo.*

Palabras clave: *Derecho al desarrollo; Derecho a la salud; Cooperación internacional; Grupos vulnerables.*

Abstract: *This report compiles an analysis of the report by the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights on protection gaps in access to medicines, vaccines, and other health products for vulnerable groups, as well as highlights from the High-Level Segment of the United Nations General Assembly commemorating the 40th anniversary of the Declaration on the Right to Development. Both the report and the high-level meeting highlighted that armed conflicts, fiscal constraints, debt, trade barriers, technological inequalities, climate change, discrimination, and weaknesses in international cooperation continue to limit equitable access to health and development.*

Keywords: *Right to development; Right to health; International cooperation; Vulnerable groups.*

Relatório "Lacunas na proteção de segmentos vulneráveis da população no que diz respeito ao acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde, no contexto do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental"(A/HRC/63/85)

I. Introdução

O relatório intitulado *Protection gaps of vulnerable segments of the population regarding access to medicines, vaccines and other health products in the context of the right of everyone to the highest attainable standard of physical and mental health* (Lacunas na proteção de segmentos vulneráveis da população no que diz respeito ao acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde, no contexto do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental, em tradução livre) elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR, sigla em inglês), examina as lacunas de proteção que afetam grupos em situação de vulnerabilidade no acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde.

O estudo foi produzido em cumprimento à Resolução 59/7 do Conselho de Direitos Humanos e dá continuidade a relatórios anteriores sobre acesso a medicamentos e vacinas. O documento concentra-se especialmente nos efeitos de tendências globais emergentes que afetam a realização do direito à saúde, com atenção particular aos Países Menos Desenvolvidos (LDCs), Países em Desenvolvimento Sem Litoral (LLDCs) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

II. Contextualização

O relatório parte do diagnóstico de que aproximadamente 4,6 bilhões de pessoas não têm acesso a serviços essenciais de saúde e que cerca de 2,1 bilhões enfrentam dificuldades financeiras relacionadas a despesas de saúde.

O documento identifica desigualdades estruturais entre países e dentro dos próprios países como um dos principais fatores que limitam a concretização da cobertura universal de saúde. A análise adota uma perspectiva fundamentada nos direitos humanos e considera a interação entre múltiplas formas de vulnerabilidade, reconhecendo que fatores econômicos, sociais, políticos e institucionais atuam simultaneamente na produção das desigualdades em saúde.

III. Conflito Armado

A. Ataques a estabelecimentos de saúde e profissionais de saúde

O relatório identifica os conflitos armados como uma das principais fontes contemporâneas de restrição ao acesso a medicamentos, vacinas e serviços de saúde. A destruição de hospitais, clínicas, laboratórios, ambulâncias e depósitos de medicamentos compromete a disponibilidade dos serviços de saúde, enquanto os ataques contra profissionais reduzem ainda mais a capacidade de resposta dos sistemas sanitários.

Em 2025, a *Safeguarding Health in Conflict Coalition* (SHCC) registrou 2.546 ataques contra o setor da saúde, dos quais 790 envolveram danos ou destruição de instalações de saúde. No mesmo ano, o sistema de monitoramento da Organização Mundial da Saúde (OMS) registrou 1.431 ataques, que resultaram em 1.997 mortes e 1.189 feridos, afetando 991 instalações sanitárias, 643 profissionais de saúde e 426 meios de transporte médico. O relatório documenta

ainda a morte de 455 profissionais de saúde, além de sequestros e prisões de trabalhadores do setor em diferentes contextos de conflito.

O documento ressalta que tais práticas produzem consequências de longo prazo para os sistemas de saúde e para a população civil, comprometendo campanhas de vacinação, tratamentos contínuos e o fornecimento regular de medicamentos essenciais.

B. Impactos sobre pessoas em situação de vulnerabilidade

A seção demonstra que os efeitos dos conflitos armados recaem de forma desigual sobre determinados grupos populacionais. Mulheres, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos indígenas, populações racializadas, pessoas LGBTIQ+, pessoas privadas de liberdade e indivíduos com doenças crônicas são apontados como particularmente expostos às consequências da interrupção dos serviços de saúde.

No caso das mulheres, o relatório destaca que aproximadamente 613 milhões de mulheres e meninas viviam em contextos de conflito em 2025. A interrupção dos serviços de saúde sexual e reprodutiva aumenta o risco de mortalidade materna, gravidez não planejada, infecções sexualmente transmissíveis e complicações obstétricas. O documento cita situações observadas no Afeganistão e em Gaza, onde barreiras institucionais, destruição da infraestrutura sanitária e escassez de medicamentos afetaram o acesso aos serviços de saúde reprodutiva.

Entre as crianças, os conflitos afetam diretamente os programas de imunização. Estados afetados por conflitos concentraram mais da metade das 13,5 milhões de crianças classificadas como “zero dose” em 2025, ou seja, que não receberam nenhuma vacina básica. O relatório associa essas interrupções à insegurança, ao deslocamento populacional, aos bloqueios territoriais e aos ataques contra unidades sanitárias.

O documento também demonstra como pacientes com doenças crônicas sofrem interrupções terapêuticas prolongadas. Em cenários de guerra, o tratamento de condições como diabetes, hipertensão e epilepsia tende a ser interrompido pela escassez de medicamentos, destruição de instalações especializadas ou colapso das redes de abastecimento.

C. Redução do acesso à saúde e a medicamentos e vacinas para pessoas privadas de liberdade em contextos de conflito

O relatório identifica obstáculos específicos enfrentados por pessoas privadas de liberdade em situações associadas a conflitos armados. São descritas situações envolvendo centros de detenção na Síria, pessoas detidas palestinas e detentos ucranianos. O estudo registra casos de ausência de atendimento médico, dificuldades de obtenção de medicamentos, limitações de higiene e alimentação e denúncias de maus-tratos.

O texto observa que essas circunstâncias entram em conflito com as obrigações previstas no Direito Internacional dos Direitos Humanos e no Direito Internacional Humanitário relativas à assistência médica de pessoas privadas de liberdade.

IV. Cortes no financiamento internacional da saúde, dívida insustentável e restrições fiscais que impedem o acesso e a acessibilidade

Esta seção examina a relação entre financiamento público, cooperação internacional e acesso a medicamentos e vacinas. O estudo registra queda de 26,3% da ajuda oficial ao

desenvolvimento entre 2024 e 2025, bem como nova redução projetada para 2026. Segundo o relatório, o setor da saúde foi o mais afetado pelos cortes de financiamento.

A análise demonstra que programas de imunização, vigilância epidemiológica, prevenção de pandemias, combate ao HIV/AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas dependem de forma significativa desses recursos.

O relatório conclui que o endividamento crescente e a redução do espaço fiscal limitam investimentos em sistemas de saúde, comprometendo a capacidade dos Estados de assegurar acesso universal a medicamentos, vacinas e tecnologias de saúde.

V. Barreiras comerciais e interrupções das cadeias de abastecimento

A. Medidas coercitivas unilaterais

O relatório examina o impacto das sanções econômicas sobre a disponibilidade de medicamentos, vacinas e equipamentos médicos. Segundo o documento, as medidas coercitivas unilaterais podem restringir fluxos comerciais e financeiros, gerar escassez de produtos essenciais e dificultar a resposta a emergências sanitárias. Casos relacionados ao Irã e a Cuba são apresentados para ilustrar esses efeitos.

B. Produção, exportação e distribuição equitativa de medicamentos e vacinas

O estudo destaca a elevada concentração da produção farmacêutica mundial em um pequeno grupo de países e empresas. Mais de 30% do mercado farmacêutico global encontra-se concentrado em dez grandes empresas farmacêuticas, enquanto países da África Subsaariana importam mais de 70% dos medicamentos consumidos e mais de 99% das vacinas utilizadas. O relatório associa essa concentração à vulnerabilidade das cadeias globais de suprimento.

C. Regras comerciais, flexibilidades do TRIPS e licenciamento compulsório

O documento examina a relação entre propriedade intelectual e acesso a medicamentos. Embora o sistema TRIPS preveja mecanismos de flexibilização, incluindo o licenciamento compulsório, o relatório observa que tais instrumentos permanecem pouco utilizados em muitos países de baixa e média renda devido à limitada capacidade produtiva, ao receio de represálias econômicas e à possibilidade de litígios envolvendo empresas farmacêuticas.

D. Sistema global de acesso a vacinas e outras inovações médicas

O relatório descreve um sistema global composto por múltiplos mecanismos de aquisição e distribuição de vacinas, incluindo acordos bilaterais, mecanismos internacionais de financiamento e plataformas multilaterais de aquisição coletiva. A análise identifica dificuldades estruturais para assegurar distribuição equitativa durante emergências sanitárias globais.

Particular destaque é conferido às negociações do sistema de *Pathogen Access and Benefit-Sharing* (PABS), previsto no âmbito do Acordo sobre Pandemias da OMS. O relatório aponta que as negociações permanecem marcadas por divergências entre países que fornecem amostras biológicas e informações genéticas e aqueles que concentram a capacidade de pesquisa e desenvolvimento farmacêutico. O documento destaca que a ausência de consenso sobre o PABS retardou a entrada em vigor plena do acordo internacional sobre pandemias.

E. Responsabilidades das empresas farmacêuticas em matéria de direitos humanos

O relatório examina as responsabilidades das empresas farmacêuticas à luz dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. O documento sustenta que decisões relacionadas a preços, licenciamento, patentes e estratégias de comercialização podem influenciar diretamente o acesso de grupos vulneráveis a medicamentos e vacinas. Também analisa os desafios decorrentes da tensão entre objetivos comerciais e acesso equitativo a produtos de saúde.

VI. Narrativas e políticas que levam à redução do acesso a medicamentos e vacinas

A. Criminalização como barreira de acesso

O relatório identifica a criminalização como fator que reduz o acesso a intervenções de saúde por usuários de drogas, pessoas vivendo com HIV, trabalhadores do sexo, migrantes e pessoas LGBTIQ+. Segundo o documento, o receio de prisão, deportação ou sanções legais reduz a procura por serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento.

B. Estigma e discriminação

Esta subseção examina os efeitos do racismo, da discriminação étnica, da transfobia, da estigmatização relacionada ao HIV e de outras formas de exclusão social sobre o acesso a medicamentos e serviços de saúde. O relatório demonstra que o estigma pode reduzir a procura por tratamento, afetar a qualidade do atendimento recebido e contribuir para piores resultados em saúde.

C. Políticas de isolamento sanitário e proibições de viagem durante pandemias

O documento analisa medidas restritivas adotadas durante emergências sanitárias internacionais e conclui que proibições generalizadas de viagens e fechamento de fronteiras podem produzir interrupções em cadeias de suprimentos médicos, missões humanitárias e evacuações sanitárias, além de apresentarem resultados limitados para o controle epidemiológico.

VII. Tecnologia Digital

A. Divisão digital e exclusão estrutural de grupos marginalizados

O relatório descreve o crescimento da digitalização dos sistemas de saúde e reconhece seus potenciais benefícios para telemedicina, monitoramento remoto e ampliação do acesso aos serviços. Entretanto, evidencia profundas desigualdades digitais que afetam mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, populações rurais e indivíduos com barreiras linguísticas. Também analisa problemas associados à pobreza de dados e aos vieses algorítmicos que podem reproduzir desigualdades existentes.

B. Compartilhamento de dados, uso indevido, vigilância e violações

O relatório dedica especial atenção aos riscos associados à coleta e ao compartilhamento de dados de saúde. O documento aborda questões relacionadas à privacidade digital, vigilância, compartilhamento internacional de informações médicas e utilização de aplicativos de saúde que coletam dados sensíveis. Segundo o estudo, esses riscos podem afetar de forma mais intensa grupos sujeitos a criminalização, discriminação ou estigma social.

VIII. Degradação ambiental e mudanças climáticas

A. Interrupções na disponibilidade de medicamentos e vacinas em regiões expostas ao clima

O relatório demonstra que eventos climáticos extremos afetam a produção, o armazenamento e a distribuição de medicamentos e vacinas. Enchentes, secas, tempestades e ondas de calor comprometem cadeias logísticas e sistemas de refrigeração, dificultando o acesso a produtos essenciais em diversas regiões do mundo.

B. Mudanças climáticas e resistência antimicrobiana (AMR)

A análise estabelece relação entre mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição ambiental e aumento da resistência antimicrobiana. O relatório indica que a resistência antimicrobiana reduz a efetividade dos tratamentos disponíveis e tende a aumentar a pressão sobre sistemas de saúde já fragilizados.

C. Degradação ambiental e medicamentos tradicionais

O estudo conclui que a perda da biodiversidade ameaça a disponibilidade de plantas e recursos biológicos utilizados na medicina tradicional, afetando particularmente povos indígenas, comunidades rurais e populações camponesas. O documento relaciona a proteção da biodiversidade à preservação de conhecimentos tradicionais e ao acesso a recursos terapêuticos historicamente utilizados por essas comunidades.

IX. Conclusões

Nas conclusões, o relatório sustenta que as lacunas de proteção no acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde resultam da interação entre fatores políticos, econômicos, comerciais, tecnológicos, ambientais e sociais.

O documento afirma que conflitos armados, discriminação, estigma, restrições fiscais, fragilidade das cadeias globais de abastecimento, desigualdades tecnológicas e mudanças climáticas ampliam obstáculos já existentes para grupos vulneráveis.

O estudo conclui que a redução dessas lacunas requer abordagens integradas fundamentadas nos direitos humanos, contemplando financiamento adequado dos sistemas de saúde, cooperação internacional, fortalecimento dos marcos regulatórios, proteção contra discriminação, governança digital e respostas aos impactos ambientais e climáticos sobre a saúde.

Considerações Finais

O relatório “Lacunas na proteção de segmentos vulneráveis da população no que diz respeito ao acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde, no contexto do direito de todos ao mais alto padrão possível de saúde física e mental”(A/HRC/63/85) evidencia que as lacunas de proteção no acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde não decorrem de um único fator, mas da interação entre processos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ambientais e humanitários que operam em escala global.

A análise demonstra que determinados grupos populacionais enfrentam obstáculos adicionais e desproporcionais para acessar produtos essenciais à saúde, especialmente em contextos marcados por conflitos armados, fragilidade institucional, restrições financeiras e desigualdades estruturais.

No campo dos conflitos armados, o estudo demonstra que ataques contra instalações e profissionais de saúde, interrupções das cadeias de abastecimento e restrições ao acesso humanitário comprometem diretamente a disponibilidade e a continuidade de tratamentos, vacinas e outros serviços essenciais de saúde. Os impactos recaem de forma particularmente significativa sobre mulheres, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, indivíduos com doenças crônicas e pessoas privadas de liberdade, cujas necessidades de saúde tendem a permanecer desatendidas em contextos de crise prolongada.

O relatório também mostra que a redução do financiamento internacional para a saúde, associada ao aumento do endividamento e à limitação do espaço fiscal em diversos países, afeta programas de imunização, vigilância epidemiológica, prevenção de doenças e preparação para emergências sanitárias. Nesse contexto, a capacidade dos Estados de assegurar acesso universal e contínuo a medicamentos e vacinas torna-se mais restrita, especialmente em países de baixa renda e em contextos altamente dependentes de cooperação internacional.

No âmbito do comércio internacional, o estudo destaca que a concentração geográfica da produção farmacêutica, as interrupções das cadeias globais de abastecimento, as medidas coercitivas unilaterais e as limitações práticas ao uso das flexibilidades previstas no Acordo TRIPS continuam influenciando a disponibilidade e a acessibilidade de medicamentos e vacinas. Da mesma forma, as negociações em torno do mecanismo do PABS revelam a persistência de assimetrias entre países que compartilham amostras e dados de patógenos e aqueles que concentram a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e produção farmacêutica.

O documento evidencia ainda que processos de criminalização, estigma e discriminação continuam atuando como barreiras relevantes ao acesso à saúde. Migrantes, pessoas vivendo com HIV, usuários de drogas, trabalhadores do sexo e populações LGBTIQ+ figuram entre os grupos mais afetados por obstáculos decorrentes de normas legais, práticas institucionais e contextos sociais que limitam a procura e a utilização de serviços de saúde.

Em relação à transformação digital, o relatório demonstra que a expansão das tecnologias de saúde oferece novas possibilidades para ampliação do acesso aos cuidados, mas também produz desafios relacionados à exclusão digital, à pobreza de dados, aos vieses algorítmicos, à proteção da privacidade e ao compartilhamento de informações sensíveis de saúde. As desigualdades existentes tendem a ser reproduzidas ou aprofundadas quando os processos de digitalização não consideram as especificidades de grupos vulnerabilizados.

Por fim, o estudo conclui que a degradação ambiental e as mudanças climáticas já afetam a disponibilidade de medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde por meio de impactos sobre cadeias logísticas, produção de insumos, ocorncia de doenças infecciosas e aumento da resistência antimicrobiana. Além disso, a perda da biodiversidade compromete a disponibilidade de recursos utilizados na medicina tradicional e afeta conhecimentos preservados por povos indígenas e comunidades rurais.

De modo geral, o relatório demonstra que a superação das lacunas identificadas depende da articulação entre políticas de saúde, financiamento internacional, comércio, inovação tecnológica, proteção ambiental e direitos humanos, considerando especialmente as necessidades dos grupos que enfrentam situações de vulnerabilidade e marginalização.

Destaques sobre o Segmento de Alto Nível para Comemorar o 40º Aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento – Assembleia Geral das Nações Unidas – 81ª Sessão (23 de setembro de 2026)

Introdução

O Segmento de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizado em 23 de setembro de 2026, foi concebido não apenas como uma cerimônia comemorativa dos quarenta anos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, mas como um espaço político para avaliar o estado atual da agenda global de desenvolvimento e discutir os desafios que continuam a impedir a plena realização desse direito.

O encontro foi realizado em conformidade com as resoluções da Assembleia Geral que determinaram a realização da comemoração durante a 81ª sessão, reunindo chefes de delegação, representantes de organizações internacionais, grupos regionais e da sociedade civil.

A nota conceitual do evento ressaltava que a Declaração de 1986 continua oferecendo um marco normativo para enfrentar desafios contemporâneos, ao reafirmar que toda pessoa e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político. O documento também propunha uma reflexão sobre como esse direito poderia orientar respostas aos desafios atuais relacionados à dívida, às desigualdades globais, às mudanças climáticas, à transformação digital e à governança internacional.

Ao longo de toda a reunião foi possível observar um amplo consenso em torno da importância do desenvolvimento como direito humano. Contudo, também ficaram evidentes divergências profundas sobre as causas das desigualdades globais e sobre o papel que os Estados, as instituições financeiras internacionais, o comércio internacional e a cooperação multilateral deveriam desempenhar na promoção desse direito.

O significado atual do direito ao desenvolvimento

Os discursos inaugurais estabeleceram o tom da reunião. O Presidente da Assembleia Geral Khalilur Rahman destacou que, apesar dos avanços registrados nas últimas quatro décadas, incluindo a redução da pobreza extrema, o aumento da expectativa de vida, a ampliação do acesso à educação e a expansão das tecnologias digitais, o progresso ocorreu de maneira desigual e insuficiente para garantir oportunidades equitativas entre países e dentro deles. Em sua avaliação, o desenvolvimento continua sendo um processo que exige participação efetiva das pessoas, distribuição justa dos benefícios do crescimento econômico e eliminação das desigualdades estruturais que limitam as oportunidades de milhões de indivíduos.

O Secretário-Geral das Nações Unidas António Guterres reforçou essa análise, afirmando que a promessa contida na Declaração permanece incompleta diante do agravamento das desigualdades, do aumento da insegurança alimentar, da expansão do endividamento dos países em desenvolvimento, dos conflitos armados e dos efeitos crescentes da crise climática. O desenvolvimento foi constantemente apresentado como inseparável dos direitos humanos e da paz, em uma formulação que apareceu repetidamente durante toda a reunião.

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos Volker Türk aprofundou esse debate ao sustentar que o desenvolvimento não pode ser medido apenas por

indicadores econômicos. Segundo sua intervenção, a concentração de riqueza, as desigualdades econômicas internacionais, o crescimento contínuo do gasto militar global em contraste com os recursos insuficientes destinados ao combate à pobreza e ao financiamento do desenvolvimento e os atuais padrões de produção e consumo constituem obstáculos concretos à implementação do direito ao desenvolvimento. Sua fala enfatizou que o objetivo do desenvolvimento deve ser a ampliação da liberdade, da dignidade humana, da igualdade e da participação social.

A representante da sociedade civil, Chee Yoke Ling, Diretora Executiva da organização Third World Network (TWN) falando em nome de organizações e movimentos sociais do Sul Global, concentrou-se na crítica às estruturas internacionais que, em sua visão, continuam reproduzindo relações históricas de desigualdade. Sua exposição destacou a necessidade de reformar instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OMC, além de defender mudanças nos sistemas de tributação internacional, reestruturação ordenada de dívidas soberanas, controle do poder corporativo transnacional e fortalecimento das obrigações extraterritoriais dos Estados em matéria de direitos humanos. Também enfatizou que as discussões sobre inteligência artificial, economia digital e propriedade intelectual não poderiam ser dissociadas do debate sobre desenvolvimento e distribuição equitativa dos benefícios do progresso tecnológico.

Alguns temas recorrentes nas declarações

Um dos assuntos mais recorrentes foi a necessidade de reformar a **arquitetura financeira internacional**. Delegações da África, da Ásia, da América Latina e dos pequenos Estados insulares argumentaram que os mecanismos atuais de financiamento do desenvolvimento reproduzem desigualdades históricas e restringem a capacidade dos países em desenvolvimento de investir em educação, saúde, infraestrutura, proteção social e adaptação climática. A reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento, a criação de mecanismos mais eficazes de reestruturação da dívida e a ampliação do acesso ao financiamento concessional foram defendidas de forma quase unânime pelos países do Sul Global.

Associada a esse tema apareceu a questão da **dívida externa**. Diversas delegações observaram que os gastos crescentes com o pagamento de juros e amortizações limitam severamente o espaço fiscal disponível para políticas de desenvolvimento humano. Países como Suriname, Paquistão, Tanzânia, África do Sul, Bangladesh, Nigéria e diversos Estados africanos afirmaram que o sistema financeiro internacional continua dificultando investimentos em áreas essenciais para a população.

Outro tema recorrente foi a **crise climática**. Os pequenos Estados insulares do Pacífico e do Caribe destacaram repetidamente que os impactos das mudanças climáticas estão destruindo décadas de investimentos em desenvolvimento. Delegações de Samoa, Micronésia (*Federated States of Micronesia)*, Fiji, Palau, Maldivas, Kiribati, Vanuatu e membros da CARICOM defenderam acesso ampliado ao financiamento climático, operacionalização do Índice Multidimensional de Vulnerabilidade e reconhecimento das circunstâncias específicas enfrentadas pelos pequenos Estados insulares.

As **transformações digitais e a inteligência artificial** também apareceram com frequência. Diversos países sustentaram que as novas tecnologias oferecem oportunidades inéditas para acelerar o desenvolvimento, mas advertiram que a concentração do conhecimento, dos dados e da capacidade tecnológica poderá ampliar ainda mais as

desigualdades globais. A necessidade de transferência tecnológica, capacitação digital e participação dos países em desenvolvimento nos debates sobre governança da inteligência artificial foi apresentada como um desafio central para as próximas décadas.

Destaques a temas divergentes

Apesar do consenso em torno da importância do direito ao desenvolvimento, houve divergências importantes. Uma divergência evidente girou em torno das sanções econômicas unilaterais. Delegações do Movimento dos Não Alinhados (MNA), do Grupo de Amigos em Defesa da Carta da ONU, bem como países como Cuba, Venezuela, Belarus, Irã, Nicarágua e Federação Russa, argumentaram que **medidas coercitivas unilaterais** restringem comércio, financiamento, investimentos e acesso à tecnologia, constituindo obstáculos diretos ao direito ao desenvolvimento.

Em contraste, delegações da União Europeia, Finlândia, Irlanda, Países Baixos e outros parceiros europeus não enfatizaram esse tema, preferindo abordar democracia, Estado de Direito, direitos humanos, igualdade de gênero e governança como condições necessárias para o desenvolvimento sustentável.

Outra controvérsia esteve relacionada ao **papel da soberania nacional**. Países do Sul Global insistiram que o direito ao desenvolvimento pressupõe liberdade para determinar prioridades nacionais de desenvolvimento sem interferências externas. Diversos países europeus defenderam uma visão mais centrada em instituições democráticas, participação política e garantias universais de direitos humanos. Embora essas posições não tenham gerado confrontos diretos durante a reunião, elas revelaram concepções distintas acerca dos caminhos para alcançar o desenvolvimento.

O **tema palestino** também ocupou espaço significativo. Representantes da Palestina, Egito, Tunísia e da Liga dos Estados Árabes defenderam que a ocupação prolongada impede a concretização do direito ao desenvolvimento, reiterando que o desenvolvimento não pode ser dissociado do direito à autodeterminação dos povos.

Sobre a Convenção Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento

Diversas delegações fizeram referência explícita ao projeto da Convenção Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento, em fase de negociações nas Nações Unidas. Argumentaram que, apesar dos avanços normativos obtidos desde a adoção da Declaração, a ausência de obrigações jurídicas internacionalmente vinculantes continua limitando sua implementação efetiva. Nesse contexto, representantes do MNA, do Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas, bem como países da África, Ásia e América Latina, defenderam a conclusão das negociações e a adoção de um pacto que consolide, fortaleça e operacionalize os princípios já consagrados pela Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.

Essa posição foi expressa de forma explícita por Uganda, em nome do MNA, que instou a Assembleia Geral a priorizar a negociação e a adoção do pacto como instrumento jurídico vinculante. Da mesma forma, a República Bolivariana da Venezuela, falando em nome do Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas, afirmou que o fortalecimento do direito ao desenvolvimento exige sua consolidação como norma internacional obrigatória e defendeu a continuidade das negociações atualmente em curso.

As delegações da Indonésia, Bangladesh, China, Argélia, Etiópia, Sri Lanka, Madagascar, Nicarágua e Azerbaijão destacaram que um instrumento vinculante poderia contribuir para reduzir as lacunas existentes entre os compromissos políticos assumidos pelos Estados e sua implementação prática, particularmente no que se refere à cooperação internacional, ao financiamento do desenvolvimento, à transferência de tecnologia e à correção de desigualdades estruturais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O apoio ao pacto apareceu frequentemente associado à crítica das atuais estruturas econômicas internacionais. Nesse sentido, diversos representantes defenderam que o futuro instrumento deveria reconhecer de forma mais explícita as responsabilidades internacionais relacionadas à cooperação para o desenvolvimento, ao tratamento das dívidas soberanas, à ampliação do acesso ao financiamento concessional e à participação equitativa dos países em desenvolvimento nos processos globais de tomada de decisão. Nessas intervenções, o pacto foi apresentado como um mecanismo capaz de transformar o direito ao desenvolvimento de uma aspiração política em um compromisso jurídico dotado de maior efetividade.

Por outro lado, as delegações da União Europeia e de diversos países europeus, incluindo Países Baixos, Finlândia, Irlanda, Espanha e Portugal, reafirmaram seu compromisso com o direito ao desenvolvimento, mas concentraram suas intervenções na implementação da Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da cooperação internacional e dos direitos humanos universalmente reconhecidos, evitando referências explícitas à adoção imediata de um tratado internacional vinculante.

Considerações Finais

Quarenta anos após a adoção da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, a reunião evidenciou que o direito ao desenvolvimento continua ocupando posição importante entre as principais preocupações dos Estados. Concentram-se na reforma da arquitetura financeira internacional, na dívida externa, no financiamento climático, na vulnerabilidade dos pequenos Estados insulares, na inclusão tecnológica e na redução das desigualdades globais. Ao mesmo tempo, questões como sanções econômicas, soberania nacional, autodeterminação dos povos e governança global continuam gerando interpretações distintas entre diferentes grupos de países.

A reunião também colocou a Convenção Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento na pauta de muitos países em desenvolvimento. A adoção desse instrumento constitui uma oportunidade de transformar princípios políticos historicamente afirmados em compromissos jurídicos mais concretos.

Em síntese, o encontro permitiu constatar que o debate sobre o direito ao desenvolvimento transcende a mera celebração de um documento histórico. A reunião revelou que a Declaração permanece sendo utilizada como referência para discutir algumas das principais questões do sistema internacional contemporâneo, incluindo financiamento, clima, tecnologia, comércio, desigualdade, soberania e direitos humanos, mantendo-se como uma das plataformas de diálogo mais importantes entre Norte e Sul Global no âmbito das Nações Unidas.

Referências

UNITED NATIONS. Human Rights Council. *Protection gaps of vulnerable segments of the population regarding access to medicines, vaccines and other health products in the context of the right of everyone to the highest attainable standard of physical and mental health: study of the Office of the United Nations*

High Commissioner for Human Rights. Geneva: Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), 2026. Documento A/HRC/63/85, 14 Sept. 2026. Disponível em: <https://www.ohchr.org>. Acesso em: 24 set. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *High-level Segment of the General Assembly to Commemorate the 40th Anniversary of the Declaration on the Right to Development: Concept Note*. New York: United Nations, 2026. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 27 set. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *High-level Segment to Commemorate the 40th Anniversary of the Declaration on the Right to Development: transcript of proceedings (Part 1)*. New York: United Nations Web TV, 23 set. 2026. Transcrição da sessão da manhã da Reunião de Alto Nível da 81ª Sessão da Assembleia Geral. Disponível em: <https://webtv.un.org/en/asset/k1f/k1fw82mri0>. Acesso em: 27 set. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *High-level Segment to Commemorate the 40th Anniversary of the Declaration on the Right to Development: transcript of proceedings (Part 2)*. New York: United Nations Web TV, 23 set. 2026. Transcrição da sessão da tarde da Reunião de Alto Nível da 81ª Sessão da Assembleia Geral. Disponível em: <https://webtv.un.org/en/asset/k1j/k1j22fr6fc>. Acesso em: 27 set. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Declaration on the Right to Development*. Resolution 41/128, adopted on 4 December 1986. New York: United Nations, 1986. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-development>. Acesso em: 27 set. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Declaration on the Right to Development.* Resolution 41/128, adopted on 4 December 1986. New York: United Nations, 1986. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-development>. Acesso em: 27 set. 2026.